

# economia

## Escassez de mão de obra preocupa construção no RS

Sinduscon/RS aponta preferência dos jovens por trabalhos informais

/ CONSTRUÇÃO CIVIL

Cláudio Isaías

isaiasc@jcrs.com.br

A escassez de mão de obra segue impactando o setor da construção civil no Rio Grande do Sul. Isso porque as novas gerações estão preferindo o trabalho informal em aplicativos à estabilidade do emprego formal, segundo o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul (Sinduscon/RS), Rafael Goellner Garcia. “Embora a industrialização e novos sistemas construtivos surjam como alternativas, o setor ainda é profundamente dependente do trabalho humano”, comenta.

Segundo Garcia, os jovens não têm interesse na construção civil. “Temos salários atrativos e plano de carreira”, ressalta. A média de idade dos trabalhadores nos canteiros de obras é de 41 anos. “Temos uma preocupação com o envelhecimento dos profissionais e com o desinteresse dos jovens pelo setor”, comenta. No Rio Grande do Sul, segundo dados do sindicato, a construção civil é responsável pela geração de 500 mil empregos diretos e indiretos.

Segundo Garcia, as construtoras estão sentindo muita dificuldade na contratação de novos funcionários. “Isso não é um problema de Porto Alegre ou do Rio Grande do Sul. É um problema no País inteiro”, acrescenta. O dirigente destaca que as incorporadoras percebem um desinteresse da geração atual em trabalhar na indústria. “A nova geração vem se afastando desse tipo de profissão. Estamos perden-



Segmento é responsável pela geração de 500 mil empregos no Estado

do nossos funcionários para aplicativos”, explica.

“No nosso setor, temos carteira assinada, garantia no emprego e plano de carreira. Percebemos que é um problema cultural”, comenta. O dirigente diz que não é uma situação que se muda do dia para a noite. Garcia diz que o sindicato pretende realizar campanhas mostrando a importância do emprego no setor. “A ideia é realizarmos campanhas de comunicação mostrando a importância do emprego, da valorização profissional e da construção civil”, ressalta.

O dirigente afirma que, além da escassez de mão de obra no Estado e no País, as incorporadoras mostram preocupação com o debate sobre o fim da jornada de trabalho 6x1. “A mudança poderá elevar drasticamente os custos operacionais e o preço final dos imóveis. Para Garcia, qualquer alteração na carga horária deveria ser discutida de forma setorial e técnica, evitando o aproveitamento político em

períodos de eleição - como é o caso de 2026.

Conforme Garcia, o debate sobre a jornada 6x1 virou uma pauta eleitoral e não está de fato pensando no trabalhador. “Quem vai pagar essa conta da reforma é o próprio trabalhador. O setor já vem sofrendo com falta de mão de obra. Somos totalmente dependentes dos trabalhadores na construção civil, e agora vamos ter uma jornada de trabalho diferente”, explica. O presidente do Sinduscon/RS disse que a alteração vai significar, na prática, a contratação de mais trabalhadores.

De acordo com ele, a mudança na jornada de trabalho vai significar um aumento nos custos em diversos setores. “Na construção civil, vai aumentar os custos e teremos que repassar para o preço dos imóveis”, acrescenta. O dirigente aponta que a mudança vai mexer em toda a cadeia produtiva, em diversos setores e na economia brasileira.

## Endividamento sobe a recorde de 80,9% em abril, aponta CNC

/ CONJUNTURA

Os brasileiros ficaram mais endividados na passagem de março para abril, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A proporção de famílias com dívidas subiu de 80,4% em março para um novo recorde de 80,9% em abril. Em abril de 2025, esse percentual era de 77,6%. Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic).

“Os resultados recentes indicam relativa acomodação das condições financeiras das famílias. Embora o endividamento mantenha trajetória de avanço, esse movimento não tem sido acompanhado por deterioração expressiva da inadimplência, que segue relativamente estável, assim como a parcela de famílias sem condições de quitar dívidas em atraso. Além disso, a perspectiva de recuo da inadimplência de longo prazo sugere um perfil de endividamento mais administrável no curto prazo”, apontou o relatório da CNC.

A pesquisa considera como dívidas as contas a vencer nas modalidades cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa. A fatia de famílias inadimplentes subiu ligeiramente de 29,6% em março para 29,7% em abril. Essa proporção era de 29,1% em abril de 2025. Além disso, a fatia de famílias brasileiras afirmando que não terão condições de pagar suas dívidas em atraso, ou seja, que permanecerão inadimplentes, ficou estável em 12,3% em abril, mesma proporção vista em março. Em abril de 2025, essa proporção era de 12,4%.

Entre os inadimplentes, 49,5% relataram ter débitos vencidos há mais de 90 dias. “O tempo médio

de atraso estabilizou-se em 65,1 dias pelo terceiro mês seguido, refletindo melhora da renda média que ajuda na regularização financeira”, apontou a CNC.

O aumento do endividamento em abril foi disseminado entre todas as faixas de renda. No grupo com renda familiar mensal de até três salários mínimos, a proporção de endividados subiu de 82,9% em março para 83,6% em abril.

Na classe média baixa, com renda de três a cinco salários mínimos, a proporção de endividados avançou de 82,6% em março para 82,8% em abril. No grupo de cinco a dez salários mínimos, houve elevação de 79,2% para 80,1%. No grupo com renda acima de 10 salários mínimos mensais, essa fatia subiu de 69,9% para 70,8%.

Quanto à inadimplência, no grupo com renda familiar mensal de até três salários mínimos, a proporção de famílias com dívidas em atraso permaneceu em 38,2% em abril, mesmo resultado de março. Na classe média baixa, com renda de três a cinco salários mínimos, a proporção de inadimplentes diminuiu de 28,7% para 28,0%. No grupo de cinco a dez salários mínimos, houve elevação de 22,1% para 22,7%. No grupo que recebe acima de 10 salários mínimos mensais, a fatia de inadimplentes subiu de 14,7% para 15%.

“O aumento das incertezas no cenário econômico global levou a uma recente revisão quanto ao ritmo de flexibilização da política monetária no Brasil. A percepção dominante atualmente é que, até o fim do ano, os juros caíam menos que o esperado anteriormente. Se confirmado esse cenário, os níveis de endividamento tendem a se manter em patamares elevados por mais tempo”, ponderou o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, em nota.

## Indústria brasileira cresce há 3 meses consecutivos e acumula alta de 3,1%, diz IBGE

/ INDÚSTRIA

A alta de 0,1% em março ante fevereiro na produção da indústria foi a terceira expansão consecutiva, acumulando um crescimento de 3,1% no período. O resultado elimina a perda de 2,3% registrada entre setembro e dezembro de 2025, ressaltou André Macedo, gerente da Pesquisa Industrial Mensal no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“A indústria tem uma manutensão do comportamento posi-

vo em março”, afirmou Macedo. “A magnitude de crescimento é menor do que nos meses anteriores, e não houve disseminação. Embora o setor industrial tenha ficado no campo positivo, observava-se somente oito atividades no campo positivo”, ponderou.

Entre as atividades, as influências positivas mais importantes foram registradas por coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (2,2%), produtos químicos (4,0%) e veículos automotores, reboques e carro-

cerias (1,1%).

“Somando essas três atividades a gente tem cerca de um terço do setor industrial no campo positivo. Então a gente está falando de um terço do setor industrial com crescimento acima da média”, frisou Macedo. “O crescimento concentrado se deu em atividades com peso importante no segmento industrial.”

A indústria brasileira chegou a março operando 3,3% acima do patamar de fevereiro de 2020: 10 das 25 atividades investigadas es-

tão operando em nível superior ao pré-crise sanitária, segundo o IBGE.

Em março, os níveis mais elevados em relação ao patamar de fevereiro de 2020 foram os registrados pelas atividades de outros equipamentos de transporte (23,7%), indústrias extrativas (16,3%), produtos do fumo (13,9%), derivados do petróleo (10,6%), máquinas e equipamentos (8,7%) e produtos alimentícios (6,8%).

No extremo oposto, os segmentos mais distantes do pata-

mar pré-pandemia são vestuário e acessórios (-27,8%), móveis (-21,2%), produtos diversos (-16,3%) e produtos de madeira (-15,6%).

Entre as categorias de uso, a produção de bens de capital está 8,4% acima do nível de fevereiro de 2020.

A fabricação de bens intermediários está 6,5% acima do pré-covid. Os bens duráveis estão 7,6% abaixo do pré-pandemia, e os bens semiduráveis e não duráveis estão 1,9% aquém do patamar de fevereiro de 2020.